

**BOLETIM DE BIBLIOGRAFIAS
SELECIONADAS
VOLUME III**

**LEI
MARIA DA PENHA:
14 ANOS PELO
DIREITO DE VIVER**

BRASÍLIA - 2020

Biblioteca do
Senado Federal



SENADO
FEDERAL



BOLETIM DE BIBLIOGRAFIAS SELECIONADAS
VOLUME III

LEI MARIA DA PENHA:
14 ANOS PELO DIREITO DE VIVER

BRASÍLIA - 2020

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

BOLETIM DE BIBLIOGRAFIAS SELECIONADAS

Coordenação: Biblioteca do Senado Federal

Comissão editorial: Stella Maria Vaz Santos Valadares, Cláudia Coimbra Diniz, Marcela Caldas Villas Boas de Carvalho, Patricia Coelho Ferreira Meneses da Silva

Volume 3 - Lei Maria da Penha : 14 anos pelo direito de viver

Lei Maria da Penha : 14 anos pelo direito de viver. – Brasília : Senado Federal, Biblioteca, 2020.

11 p. – (Boletim de bibliografias selecionadas ; v. 3)

1. Violência contra a mulher, legislação, Brasil, bibliografia. 2. Violência doméstica, Brasil, legislação, bibliografia. 3. Mulher, proteção, Brasil, legislação, bibliografia. 4. Brasil. [Lei Maria da Penha (2006)], bibliografia. I. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Coordenação de Biblioteca. II. Série.

CDD 016.30542

Senado Federal

Praça do três Poderes s/nº

Brasília DF

CEP 70165-900

Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/575178>

APRESENTAÇÃO

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho coloca à disposição do Senado Federal e dos cidadãos o "BOLETIM DE BIBLIOGRAFIAS SELECIONADAS - VOLUME III - LEI MARIA DA PENHA: 14 ANOS PELO DIREITO DE VIVER".

Este boletim não tem o intuito de ser exaustivo em relação a incluir todas as publicações, e sim dar um panorama inicial para incentivar a leitura e conhecimento dos mecanismos de proteção da mulher e de combate à violência doméstica e familiar.

Foram selecionados alguns dos livros do acervo da Biblioteca do Senado Federal. Ao final do boletim, há um link para as referências bibliográficas de livros e artigos disponíveis nas bibliotecas da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), coordenada pela Biblioteca do Senado Federal. Todo o material citado poderá ser acessado nas bibliotecas da RVBI. O boletim está inserido no Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal, edição 2019-2021. Esta é uma publicação alinhada com o 5º objetivo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que orienta a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

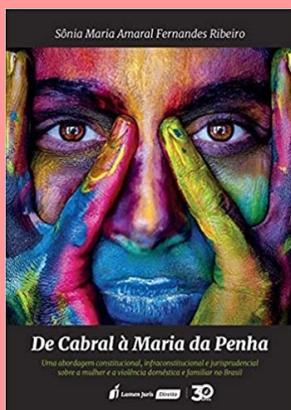
Compreender e fortalecer a lei Maria da Penha possibilita à sociedade, a educação e agregação de valores de direitos humanos, resultando em mais ampla proteção às mulheres em situação de violência, além de potencializar a autonomia feminina através dos meios de assistência e atendimento humanizado e de políticas públicas próprias à causa.

Brasília, Agosto de 2020

Patrícia Coelho Ferreira Meneses da Silva

Coordenadora da Biblioteca do Senado Federal

1- RIBEIRO, Sônia Maria Amaral Fernandes. **De Cabral à Maria da Penha**: uma abordagem constitucional, infra-constitucional e jurisprudencial sobre a mulher e a violência doméstica e familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 200 p. 341.556 R484 DCM 2019



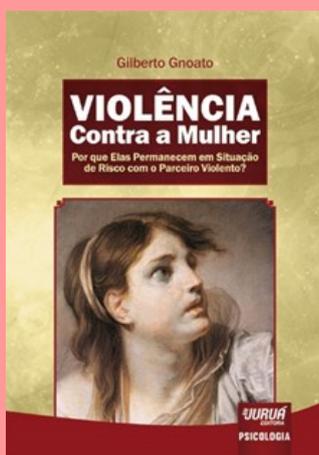
A obra rompe com o lugar comum, apresenta novos paradigmas e propõe a efetivação de um sonho coletivo, com a consolidação real e concreta das dimensões ou gerações de direitos fundamentais para todos (homens e mulheres), especialmente quanto à Lei 11.340, de 2006, que revolucionou o ordenamento jurídico pátrio quanto aos direitos da mulher contra a violência doméstica e familiar.

2- CARDOSO, Fernanda Simplício. **Paternidade no cenário da violência contra a mulher**: a convivência paterno-filial à luz da Lei Maria da Penha. Curitiba: Juruá, 2019. 204 p. 341.556 C268 PCV 2019

Trata-se de uma obra produzida no campo de interface Psicologia e Direito, que tem por objetivo principal analisar possíveis interferências da Lei 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”, sobre o direito de convivência dos filhos com o pai. Verificou-se, baseado neste estudo, que a conjugalidade e a parentalidade podem ser confundidas em contextos de rompimento conjugal, sobretudo quando atravessados pela violência de gênero, e que a aplicação das medidas protetivas em favor da mulher, em alguns casos, pode se configurar como um entrave para o convívio dos pais com os filhos.



3- GNOATO, Gilberto. **Violência contra a mulher**: por que elas permanecem em situação de risco com o parceiro violento? Curitiba: Juruá, 2019. 217 p., il. 341.556 G572 VCM 2019



A obra é resultado da interlocução entre a Antropologia, a Psicanálise e a Filosofia da Linguagem, e se apresenta como saída para uma categoria específica de mulheres instruídas, politizadas e que não dependem financeiramente de seus parceiros, no entanto, permanecem sujeitadas a um relacionamento abusivo, por um longo tempo. Estudo de mil casos de mulheres encarceradas pelo amor-romântico, pelas exigências da sexualidade e pela carga do machismo, entendido aqui como um discurso e uma prática que não são exclusivos dos homens.

4- TEBET, Simone. **Vida e morte feminina**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Senadora Simone Tebet, 2019. 167 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/575971> Acesso em: 24 ago. 2020.

O livro contempla reflexões sobre a questão da mulher no Brasil, apresentando discursos, relatórios e projetos de autoria da senadora, dedicados a questões e aspectos da situação feminina: a violência sofrida, o papel da mulher na educação e a questão da sua representatividade política, entre outros temas.



5- LINS, Beatriz Accioly. **A lei nas entrelinhas: a Lei Maria da Penha e o trabalho policial**. São Paulo: UNIFESP, 2018. 232 p. 341.556 L759 LNE



Analisa o modo como a Lei Maria da Penha é incorporada e compreendida no dia a dia do trabalho policial em Delegacias de Defesa da Mulher, tendo como referência o histórico político e social dos movimentos e das políticas públicas que criaram tais delegacias nos anos 1980, e a literatura acerca do atendimento às mulheres vítimas de violência antes e depois dessa Lei. Foca o cotidiano de trabalho nas delegacias da mulher, a carreira policial e a transformação das rotinas de trabalho advindas da Lei Maria da Penha. Examinando e refletindo sobre os relatos das profissionais que ali atuam, mostra como seus juízos de valor influenciam a percepção que elas têm de seu trabalho e determinam o atendimento aos casos de violência que chegam às delegacias.

6- SEVERI, Fabiana Cristina. **Lei Maria da Penha e o projeto jurídico feminista brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 262 p., il. 341.556 S498 LMD

Percorre o histórico de construção da Lei Maria da Penha, abordando-o à luz dos tensionamentos existentes no nominado feminismo de Estado e o contexto atual de recrudescimento das ameaças do fundamentalismo religioso e da nova roupagem que reveste o patriarcado alimentador da engrenagem do capitalismo e do racismo. Atenta aos limites do feminismo de Estado, campo de intensas discussões desde os anos oitenta e que têm sido retomadas com força a partir das jornadas de junho de 2013, da primavera feminista iniciada em novembro de 2015 e da mudança da Presidência da República em 2016.



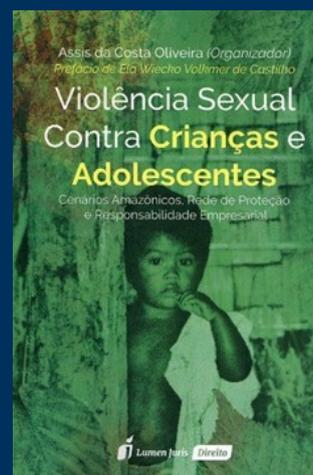
7- SILVA, Jacqueline Valadares da. Extensibilidade da Lei Maria da Penha às mulheres transexuais. *In*: SANTOS, Cleopas Isaías; SILVA, Jaqueline Valadares da (org.). **Lei Maria da Penha: comentários artigo por artigo e estudos doutrinários**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018, p. 329-349. 341.556 L525 LMPE



A Lei Maria da Penha consubstancia um importantíssimo instrumento na defesa das vítimas de violência doméstica. E, à frente do combate desta modalidade criminosa, destacam-se as autoridades policiais, as quais atuam diuturnamente no combate a este tipo tão peculiar de violência, principalmente, junto às Delegacias de Defesa da Mulher. O objetivo do presente livro é analisar a violência doméstica a partir de uma dupla perspectiva, que, sendo conciliadas adequadamente, podem gerar melhores resultados: uma análise prática, a partir do olhar dos Delegados de Polícia que atuam diretamente na persecução criminal desse tipo específico de violência; bem como a partir do ponto de vista teórico.

8- DOMINGUES, William César Lopes. Indígenas mulheres do Médio Xingu: memórias de múltiplas violências. *In*: OLIVEIRA, Assis da Costa (org.). **Violência sexual contra crianças e adolescentes: cenários amazônicos rede de proteção e responsabilidade empresarial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 199-213. 341.555 V795 VSC

Reúne artigos com diferentes abordagens sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, tratados desde a ótica do reconhecimento da sexualidade e dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. Nisso, um primeiro foco de análises trata dos desafios da atuação em rede e das condições dos serviços, especialmente em relação ao atendimento às vítimas, intervenção escolar, acolhimento institucional e papel da sociedade civil organizada. Procura discutir as perspectivas jurídicas para a responsabilização das empresas no âmbito da promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, algo bem marcante na formação histórica e atual da Amazônia devido os diversos grandes empreendimentos planejados, em construção ou em operação no seu território, como as hidrelétricas, os portos, as rodovias e as mineradoras.

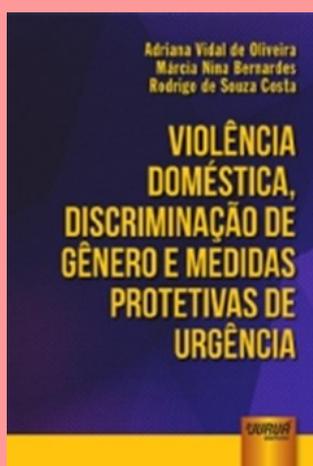


9- BARIN, Catiuce Ribas. **Violência doméstica contra a mulher**: programas de intervenção com agressores e sua eficácia como resposta penal. Curitiba: Juruá, 2016. 262 p. 341.556 B253 VDCM

Trata das soluções do sistema penal brasileiro para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, delimitando sua caracterização e tipologias e verificando a constitucionalidade das leis reguladoras da matéria, seus impactos na incidência daquela violência e deficiências de implementação e regulação. Como uma das estratégias de enfrentamento ao problema, introduzidas no sistema brasileiro pela Lei Maria da Penha, analisa os programas de intervenção com agressores: origem, objeções, as bases teóricas fundamentadoras, tipologias de agressores que podem influenciar na sua configuração, principais modelos e alguns programas de qualidade efetivados em diferentes países.



10- OLIVEIRA, Adriana Vidal de; BERNARDES, Márcia Nina; COSTA, Rodrigo de Souza. **Violência doméstica, discriminação de gênero e medidas protetivas de urgência**. Curitiba: Juruá, 2016. 149 p., il. 341.556 O48 VDD



Discute questões referentes às políticas de enfrentamento da violência contra a mulher vis-à-vis a normativa internacional e nacional sobre o tema. Essas questões serão inicialmente examinadas a partir do direito internacional e do movimento transnacional contra a violência contra mulher. Foca na atividade dos órgãos internacionais de proteção ao direito das mulheres a que o Brasil se submete na ONU e na OEA, examinando todos os relatórios, recomendações gerais e decisões em casos individuais. Investiga em que medida o Judiciário Brasileiro se aproveita desses consensos, com um foco especial sobre as medidas protetivas de urgência, instrumento inovador trazido pela Lei.

11- BAKER, Milena Gordon. **A tutela da mulher no direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. xv, 338 p., il. 341.556 B167 TPM

A obra apresenta um estudo interdisciplinar da violência contra a mulher, exercida pelo simples fato de ser mulher. Questiona e analisa, mediante um enfoque inédito do Direito Penal, as soluções ou instrumentos que visem erradicar a violência contra as Mulheres. Trata-se de uma obra de referência para todos que lidam e pretendem se aprofundar no tema da violência contra a mulher.



12- DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 5. ed., atual. e ampl., 2. tiragem. Salvador: JusPODIVM, 2019. 376 p. 341.556 D541 LMD 5.ED. 2019



Analisa a atuação da Lei que, além de criar os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, deixa evidente o repúdio pela forma como a violência doméstica era tratada pela Justiça.

13- FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth Maria; MENEGHEL, Stela N. (org.). **Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. 422 p. 305.4203 F618 DFI

Traz um rico panorama dos conceitos recorrentes na pauta feminista e das mulheres e vai além, apresentando temas e significados em sua dimensão histórica, política e social. Estão explicados fenômenos que envolvem os vários aspectos, tipos e cenários das violências e também formas de resistência, além de informações sobre análises científicas que ampararam a criação de procedimentos, normas, abordagens e técnicas que hoje estão regulamentados e em funcionamento em diversos setores públicos de forma regular e/ou ainda embrionária.



14- DURAND, Véronique. **Órfãs de esperança: violências contra a mulher, alguns relatos no mundo**. Recife: CUBZAC, 2016. 169 p. 305.42 D949 ODEV



A publicação tem como objetivo comemorar os dez anos da Lei Maria da Penha e ampliar o debate com a sociedade sobre a violência exercida contra a mulher. Apresenta uma abordagem das diversas violências praticadas contra a mulher, com pesquisas desenvolvidas em cinco países: Argélia, Brasil, Bangladesh, Camboja e França.

15- SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Lei Maria da Penha comentada**: sob a nova perspectiva dos direitos humanos. 5. ed., rev. e atual. de acordo com a nova Lei do feminicídio. Curitiba: Juruá, 2016. 307 p. 341.556 S729 MPC 5.ED.



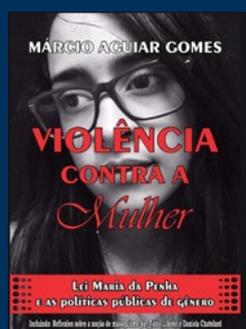
Atualiza os comentários, inclusive em relação às mudanças inseridas pelas novas Leis editadas após 2015, renova as citações jurisprudenciais e propicia um texto claro, útil e indispensável aos profissionais de diversos ramos do conhecimento e, em especial, aos acadêmicos e operadores do Direito.

16- CELMER, Elisa Girotti. **Feminismos, discurso criminológico e demanda punitiva**: uma análise do discurso de integrantes de organizações não governamentais feministas sobre a Lei 11.340/06. Curitiba: CRV, 2015. 166 p., il. 341.556 C393 FDC

Resulta da pesquisa de mestrado na qual a autora pretendeu investigar de que maneira as integrantes de duas Organizações Não Governamentais –Themis e JusMulher–, lidam discursivamente com o problema da violência conjugal contra a mulher; explicitando, assim, as contradições entre emancipação/superação e criminalização no campo do Direito Penal, tendo como foco o debate sobre a Lei Maria da Penha.



17- GOMES, Márcio Aguiar. **Violência contra a mulher**: Lei Maria da Penha e as políticas públicas de gênero. 1. ed. Brasília: Ed. do autor, 2015. 111 p. 305.42 G633 VCM



O livro intenciona mostrar o impacto da Lei Maria da Penha 11.340/06 sobre as políticas públicas de gênero no Distrito Federal. Destaca que o poder público deve desenvolver políticas públicas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

18- MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha**: uma análise criminológico-crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2015. 261 p. 341.556 M777 LMD



Apresenta a Lei Maria da Penha colocando o foco na relação entre o Sistema Penal e o Sistema Punitivo com os vínculos familiares e de afeto em esfera privada. Em uma análise crítica analisa como a aplicabilidade da própria lei - que deveria proteger - pode contribuir para a perpetuação do ciclo de violência doméstica contra a mulher.

19- Stevens, Cristina et al. (org.). **Mulheres e violências**: interseccionalidades. Brasília: Technopolitik, 2017. xii, 626 p., il. Disponível em: https://media.wix.com/ugd/2ee9da_8fed7c3298fd46bc8553fef0f5b400ea.pdf Acesso em: 6 ago. 2020.

Livro online, reúne trinta e cinco textos dedicados ao estudo, pesquisa, avaliação, combate e prevenção da violência contra as mulheres no Brasil, com conteúdos que foram apresentados e discutidos em sessões de conferências e mesas-redondas do III Colóquio de Estudos Feministas e de Gênero. O termo "interseccionalidades" põe em relevo a diversidade das identidades e experiências das mulheres ao considerar a articulação do sexo/gênero com outros eixos identitários (raça, etnia, classe, sexualidade/orientação sexual, religião, idade/geração, territorialidade etc.) que também participam de discursos e práticas sociais que sustentam desigualdades, exclusões e violências que acometem muitas mulheres em nossa sociedade.



20- SILVA, Jaceguara Dantas da. **Ministério público e violência contra a mulher: do fator gênero ao étnico-racial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 216 p. 341.556 S586 MPV (STF)

Oferece um conjunto ordenado, coerente e rico sobre problemas aos quais o Sistema de Justiça ainda não conseguiu dar resposta satisfatória: a violência de gênero contra a mulher e as violências de gênero e raça contra mulheres negras. Os dados quantitativos descritos e comentados no livro são referentes à realidade brasileira de modo geral e, no caso específico da violência de gênero em seu recorte racial, à realidade territorial sul-mato-grossense, conferindo diversas percepções, que podem ser compreendidas em três dimensões: a conjuntura complexa do sexismo conjugado com o racismo; o papel do Ministério Público no desenho constitucional do Estado Brasileiro, em defesa dos Direitos Humanos das mulheres e das meninas; e, a avaliação da situação de violência de gênero contra a mulher, levantando as conquistas alcançadas e a agenda a ser cumprida para a sua superação.



Tese de doutorado da autora. [\[Link\]](#)

21- EM defesa das mulheres: conheça a Lei Maria da Penha e lute por seus direitos. Brasília: Senado Federal, Senadora Lídice da Mata, 2017. 86 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/575970>
Acesso em: 24 ago. 2020.



O livro reflete sobre os destinos cotidianos de milhões de meninas e mulheres em situação de violência e sobre a lentidão no enfrentamento adequado, apesar do significativo salto para prevenir e erradicar as diversas formas de violência contra a mulher, além de enfatizar a ainda necessária urgência da implementação efetiva da Lei Maria da Penha diante dos crescentes índices de violência em suas diversas formas.

Consulte outras obras no catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI):
https://bit.ly/mariadapenha_RVBI